Sarney diz na TV que Carta deixa país 'ingovernável'

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney utilizou-se por 28 minutos de uma rede nacional de rádio e TV, ontem, a partir de 20h31, para dizer que o atual texto da nova Constituição poderá deixar o país "ingovernável". Sarney referiu-se por duas vezes, em seu discurso, ao tema da ingovernabilidade: primeiro, disse que "os brasileiros receiam que a Constituição torne o país ingovernável"; na parte final do pronunciamento ampliou o conceito ao dizer que o país "corre também o risco de tornar-se ingovernável nas empresas, nas relações de trabalho, nas famílias e na sociedade".

Se o texto aprovado em primeiro turno pelo plenário do Congresso constituinte for ratificado em segunda votação, afirmou o presidente, haverá um impacto imediato sobre o Orçamento Geral da União superior a Cz$ 2,2 trilhões (cerca de US$ 12,6 bilhões, segundo o próprio Sarney). Foram relacionadas por Sarney nada menos que 20 conseqüências negativas de âmbito geral para o país caso o projeto de Constituição seja referendado pelos parlamentares. Algumas delas: desencorajamento da produção, indução "ao ócio e à produtividade", transformação do Brasil "em uma máquina emperrada", arrocho do contribuinte, desemprego, hiperinflação, descrédito no exterior, estrangulamento dos investimentos internos e externos, recessão econômica e "permanente instabilidade política e institucional".

Sarney defendeu uma "revisão profunda" no projeto de Constituição argumentando que, sem ela, o país "seria uma subpotência incapaz de representar-se e defender-se". Para esta revisão, o presidente advogou, ainda que indiretamente, uma mudança nas regras estabelecidas para o segundo turno de votação do texto constitucional (ao dizer que o segundo turno na Constituinte "não é uma votação homologatória").

Foram 14 os pontos do projeto de Constituição criticados diretamente por Sarney. Entre eles, a "brutal explosão de gastos públicos", cujo valor reputou como "incalculável"; o sistema tributário que, afirmou, determinará "uma perda de receita próxima de 20% já em 89"; o direito de greve que "permite a greve política" e a paralisação de funcionários públicos; o dispositivo que revoga todos os decretos-leis não apreciados pelo Congresso Nacional até a promulgação da nova Carta; o sistema da seguridade social que, calculou, levará a Previdência a um déficit de Cz$ 630 bilhões (o número apresentado por Sarney é diferente dos cálculos do ministro da Previdência, Renato Archer, que em documento entregue ao presidente na última quinta feira não previu nenhum déficit).

O único elogio de Sarney ao projeto dirigiu-se aos "avanços sociais" previstos.

Presidente viaja hoje para Amazonas

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney embarca hoje, às 7h30, para a região de Urucu, no Estado do Amazonas, onde presidirá a cerimônia de início da produção comercial de petróleo no local. O poço de Urucu foi descoberto em março último. Segundo previsão do governo, a produção de petróleo poderá chegar a dez mil barris por dia. Nesta primeira fase, o potencial de produção é de três mil barris por dia de óleo. Sarney visitará também o Colégio Agrícola de Tefé (município localizado nas margens do rio Solimões, 630 km a leste de Manaus). Ele retorna a Brasília às 17h10.

Sarney viaja dia 31 para a Bolívia. Será uma visita oficial de três dias, período em que o presidente deverá assinar um acordo para aquisição de gás natural de petróleo. Sarney retornará o país no dia 3, devendo chegar em Brasília às 13h.

Leopoldo Silva

O presidente José Sarney em seu gabinete, antes de gravar seu pronunciamento em rede nacional de rádio e televisão

Fala desagrada a aliados e oposição

JOSIAS DE SOUZA
Secretário de Redação da Sucursal Brasília

BOB FERNANDES
Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney obteve ontem com o discurso que fez em cadeia nacional de rádio e televisão pelo menos um consenso: desagradou a aliados e oponentes. Os aliados achavam que ele deveria ter feito um pronunciamento mais curto e incisivo. Os oponentes, representados com maior fidelidade pelo presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), achavam que o presidente não deveria ter deixado o seu gabinete de trabalho, ontem às 10h, para gravar, nos estúdios do Palácio do Planalto, a fala que acabaram assistindo às 20h30.

O pronunciamento do presidente, que começou a ser arquitetado na terça-feira da semana passada, em reunião que teve com ministros e parlamentares, no Palácio da Alvorada, estava praticamente pronto na noite de anteontem. Antes de dar por encerrado o seu expediente na última segunda-feira, Sarney reuniu em seu gabinete um seleto grupo de assessores. Depois de uma criteriosa leitura, submeteu o texto do seu discurso às seguintes pessoas: Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI; Saulo Ramos, consultor-geral da República; Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil; Antônio Carlos Magalhães, ministro das Comunicações; Jorge Murad, secretário particular; e Said Farhat, ex-homem forte do setor de comunicação social do Governo Figueiredo. A esta altura, o texto já passara pelo crivo de Joaquim Campelo, "ghost-writer" de Sarney.

"Acho que o discurso está muito longo", arriscou Saulo Ramos, inaugurando a fase de sugestões. Os primeiros cálculos mostravam que Sarney falaria durante 35 minutos. Para o consultor, mais do que dez minutos seria exagero. Antônio Carlos Magalhães concordou com sua opinião. Os dois achavam que os números contidos no discurso já transmitiam a essência do recado que se queria passar aos constituintes: o governo não tem dinheiro para pagar os benefícios sociais aprovados pelo Congresso constituinte. Sarney prometeu rever o texto no Alvorada. De fato, antes de dormir, ainda rabiscou a caneta alguns trechos. Nada muito significativo. O discurso acabou ficando com 29 minutos, depois de cortes feitos pelo porta-voz da Presidência, Carlos Henrique.

O general Ivan Mendes considerou o texto correto. Estava preocupado em não abrir uma crise com o Legislativo. Frequentador da casa de Ulysses Guimarães, ele achava que o presidente não deveria exagerar na medida das críticas ao texto Constitucional. Esta não foi uma opinião consensual entre os aliados de Sarney. "Você deveria ter sido mais incisivo", disse-lhe o governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira, no início da noite de ontem, ao tomar conhecimento do teor do pronunciamento, antes de sua veiculação oficial. Sarney apenas riu.

A saída do gabinete presidencial, Cafeteira foi mais enfático em conversa com jornalistas: "Se fosse eu, diria que o país está ingovernável. Se ainda assim aprovassem trechos absurdos, eu voltava à tevê e diria: Eu avisei; agora vocês tomem conta. O Ulysses iria assumir e teria a chance de mostrar se seria possível governar ou não". Antes de despedir-se dos jornalistas, Cafeteira teve a chance de arrematar a conversa: "Isso aqui está pior do que governar a Paraíba".

Antes de se fixar na cifra de Cz$ 2,2 trilhões para quantificar o prejuízo causado pelo texto da nova Constituição, o presidente chegou a incluir no texto um número pouco superior a Cz$ 4 trilhões. Preferiu o montante mais modesto, com a ressalva de que o valor é "incalculável". Números, aliás, sobraram na fala presidencial. Em entrevista, Carlos Henrique disse que o discurso, datilografado em onze páginas e distribuído com correções à imprensa antes de ir ao ar, fora obra de um improviso de Sarney. Um repórter estranhou a capacidade de memorizar do presidente. O porta voz, então, disse que o presidente dispunha, no momento da Gravação, de um rascunho que teve a oportunidade de consultar. Carlos Henrique comandou o processo de edição do pronunciamento, que demorou uma hora e trinta minutos. Depois de ver e rever a fala, disse que seria um discurso moderado.

Na TV, um "vale tudo" retórico

CARLOS EDUARDO LINS DA SILVA
Secretário de Redação

A melhor definição para o discurso de ontem do presidente Sarney foi dada pela Rede Globo ao anunciar o programa que ela apresentaria depois do pronunciamento: "Vale Tudo". Para retirar do projeto de Constituição os artigos que considera prejudiciais ao país, Sarney parece disposto a qualquer coisa. Pelo menos no plano da retórica.

Grandiloquente, hiperbólico, apocalíptico, o presidente declamou uma peça de oratória tradicional, cheia de lugares-comuns e de pouca credibilidade pública. Em especial por vir de quem vem. Ao descrever o cenário dantesco do que ele supõe será o "day after" da aprovação do texto constitucional sem as modificações que almeja, Sarney parecia estar resumindo os resultados de sua própria administração: arrocho do contribuinte, desemprego, hiperinflação, descrédito no exterior, estrangulamento dos investimentos internos e externos, recessão econômica. Se a Constituição vai provocar o que já se tem, por que tanta choradeira?

Foi um discurso pobre e um programa de TV de baixo nível. Cortes ruins, abruptos, fizeram a imagem do presidente "dançar" do plano americano ao plano médio sem qualquer suavidade. A ênfase exagerada e artificial nas gesticulações só impressionou pela distância que ela representava de um sentimento real do orador.

Sarney tropeçou em algumas palavras e cifras, cometeu erros de concordância verbal e nominal, foi redundante, repetiu obviedades e chavões num texto frágil e previsível. Discursou como se estivesse em um palanque em praça pública ou na tribuna do Senado, não na tela de TV: gritou demais e abusou das expressões gestuais corriqueiras de político desatualizado.

Mais do que qualquer outra coisa, Sarney foi muito prolixo. Meia hora em TV é muito tempo até para novela. O telespectador não está acostumado a esses aborrecimentos. Um bom editor faria do discurso de ontem um programa de no máximo dez minutos. Mais atraente e efetivo do que o enfadonho palavrório levado ao ar. Muito estilo velho e quase nenhum conteúdo substantivo, é como se pode resumir o pronunciamento.

Para ex-ministro, números são 'equivocados'

Da Sucursal do Rio e da Redação

O ex-ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães, 58, disse ontem à noite no Rio que os números apresentados pelo presidente Sarney em relação à Previdência (despesas adicionais de Cz$ 1 trilhão e déficit de Cz$ 630 bilhões para 89) são "equivocados, precipitados e não saíram da Previdência". Para ele, o texto constitucional cria compensações para a massa de benefícios de manutenção que criam aumento de receita.

Raphael disse que a Previdência terá seis meses para apresentar ao Congresso Nacional o plano de benefícios e o plano de custeio, que levarão mais seis meses para serem votados e outros 18 para serem ajustados. "De impacto inicial só mesmo a equiparação do salário do trabalhador rural, que daria despesas de Cz$ 240 milhões, mas em troca a Previdência ganha o Finsocial, que é mais que isso", disse. Raphael afirmou que a Previdência fechou o mês de junho com um saldo de US$ 1 bilhão (cerca de Cz$ 230 bilhões)".

O ex-titular da Secretaria Especial de Controle das Estatais (Sest), Antoninho Marmo Trevisan, disse não ter condições de analisar o valor estipulado por Sarney (Cz$ 2,2 trilhões) como acréscimo aos encargos da União com a promulgação do texto aprovado no 1º turno da Constituinte. Para ele, seria necessário que o governo divulgasse as premissas nas quais se baseou para o estabelecimento do valor.

Ulysses e Archer se reúnem no final da noite

Das Sucursais e da Redação

Assim que o presidente José Sarney encerrou seu pronunciamento na TV, o presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, foi para a casa do ministro da Previdência, Renato Archer, onde se reuniu com lideranças do PMDB. Até as 22h, Ulysses não havia se manifestado sobre o discurso presidencial. Segundo apurou a **Folha**, Ulysses e Archer receberam com surpresa o teor do pronunciamento do presidente Sarney que consideraram extremamente duro.

Outras opiniões sobre o pronunciamento do presidente:

Luis Inacio Lula da Silva, deputado federal, líder do PT no Congresso constituinte: "A fala do presidente causou-nos três espantos: 1) Ver um presidente assustar a nação com o fatasma da ingovernabilidade usando informações imprecisas. 2º) Ver um presidente reclamar contra liberalidades da Constituinte quando seus líderes não só ficaram calados, como votaram a favor dos dispositivos citados. 3º) Ver um presidente da República, supostamente guardião da independência e da economia do país, ocultar em seu pronunciamento que está forçando a eliminação da propriedade da União sobre o subsolo, a volta do contrato de risco e a preferência à empresa nacional nas vendas ao Estado." (Declaração feita através de nota).

Fernando Collor de Mello, 38, governador de Alagoas (sem partido): "O que eu assisti foi uma pantomima com péssimos scripts, um texto sofrível e um ator medíocre. Não se comunicou com 99% da população brasileira, que não está mais atrás de palavras nem de encenações, mas sim de exemplos e atitudes concretas."

Lawrence Pih, 45, diretor-superintendente do Grupo Moinho Pacífico: "O discurso do presidente Sarney visa eximir de responsabilidades no futuro. Eu pergunto: quanto custou a aprovação dos cinco anos de mandato, a ferrovia Norte-Sul, a manutenção das usinas de Angra dos Reis?"

D. Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias (RJ): "No Congresso há pessoas tão competentes quanto as do Palácio do Planalto. Causa surpresa que o Planalto tenha tanta clarividência para opinar sobre as questões constitucionais. A frase 'a Constituinte que eu convoquei' lembrou-me o presidente Figueiredo do 'prendo e arrebento'."

Pedro Eberhardt, presidente do Sindipeças (Sindicato das Indústrias de Peças do Estado de São Paulo): "Na minha opinião as críticas são pertinentes e devem ser levadas em consideração no segundo turno. Gostei muito do depoimento do presidente."

'Os impactos imediatos ultrapassam Cz$ 2 trilhões'

Esta é a íntegra do pronunciamento de ontem do presidente José Sarney em cadeia de rádio e televisão:

"Brasileiras e brasileiros, boa noite!

"Mais uma vez venho dividir responsabilidades com a nação. Venho falar sobre a futura Constituição do Brasil.

"É este o momento exato, porque hoje se inicia o processo de votação do segundo turno.

"O projeto está, agora, liberto das pressões e das circunstâncias. Pode ser repensado e pode ser aprimorado. Este pensamento também é de todos os Constituintes, pois eles apresentaram 1.800 emendas, o que mostra que não estão satisfeitos com a redação atual do projeto.

"A segunda votação, portanto, não é uma votação homologatória. É para rever, melhorar. E meu desejo é que esse trabalho seja concluído o mais rapidamente possível.

"Defendi e defendo uma Carta moderna, com avanços sociais, capaz de criar uma sociedade justa, uma sociedade humana. Uma Constituição que seja um marco na história do pensamento político brasileiro.

"Muitas vezes tenho avaliado os trabalhos da Constituinte. Mas, minha intenção, sempre, não foi a de ser juiz ou de ser um crítico. Foi sempre a de procurar cumprir com o dever do meu cargo. Ter uma visão positiva, porque eu convoquei a Constituinte. Eu terei de jurar e defender a Constituição. Serei o seu executor. Logo, não posso ser omisso, não posso ficar ao largo das discussões e da elaboração do seu texto.

"Ao longo dos 18 meses do processo constituinte, nós progredimos muito na consolidação do Estado democrático, apesar dos problemas econômicos, sociais e políticos.

"Hoje, o setor externo encontra-se sob controle. Fizemos o acordo da dívida. Os bancos de comércio exterior dos países desenvolvidos reabrem suas linhas de crédito para o Brasil.

"De todos os lados nós recebemos sinais de confiança. Tenho absoluta certeza de que meu governo se encerrará com a democracia restaurada e com a economia em ordem.

"Restam, entretanto, algumas perplexidades, com o término dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

"Primeiro: há o receio de que alguns dos seus artigos desencorajem a produção, afastem capitais, sejam adversos à iniciativa privada e terminem por induzir ao ócio e à improdutividade.

"Segundo: que outros dispositivos possam transformar o Brasil, um país novo, que precisa de trabalho, em uma máquina emperrada e em retrocesso. E que o povo, em vez de enriquecer, venha a empobrecer; e possa regredir, em vez de progredir.

"Em suma: os brasileiros receiam que a Constituição torne o país ingovernável. E isso não pode acontecer.

"O país sabe que nós não dispomos de recursos suficientes para atender a todas as necessidades e finalidades do Estado.

"A futura Constituição, aprovados esses dispositivos, agrava o quadro ao determinar uma perda de receita próxima de 20%, já em 89. No plano interno, em valores de junho deste ano, os impactos diretos e imediatos sobre o orçamento geral da União ultrapassam 2 trilhões e 200 bilhões de cruzados —cerca de 12 bilhões e 600 milhões de dólares. Este número representa o dobro do que sobra à União na arrecadação do IPI e do Imposto de Renda, ou duas vezes os programas federais, estaduais e municipais de saúde. Ou 22 anos de programa de distribuição gratuita de leite. Ou, por fim, o dobro do déficit orçamentário da União este ano.

"A situação da seguridade social é igualmente difícil. Muitos dos seus gastos não podem ser avaliados. Mas, a parte calculável permite estimar custos adicionais da Previdência em mais de um trilhão de cruzados por ano (5,6 bilhões de dólares).

"Já em 1989, com a entrada em vigor dos novos benefícios, a Previdência arcará com o déficit da ordem de 630 bilhões de cruzados, ou 3,3 bilhões de dólares.

"E, ainda mais, nós não poderemos quantificar o seguinte: equivalência de benefícios urbanos e rurais; antecipação da idade limite para aposentadoria dos trabalhadores rurais; aposentadoria proporcional das mulheres aos 25 anos de atividade profissional; pensão ao marido ou companheiro pela morte da segurada; a reformulação do cálculo do valor das aposentadorias, tomando-se por base a média dos 36 últimos salários de contribuição; concessão do seguro-desemprego com piso equivalente a um salário-mínimo, garantida a preservação do seu valor real; ajuda para a manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda. A Constituinte manda incorporar aos recursos previdenciários a arrecadação do Finsocial, retirando recursos da merenda escolar, da distribuição gratuita de leite, dos programas habitacionais para pessoas de baixa renda; e do financiamento ao pequeno produtor rural.

"Estes programas terão que ser drasticamente reduzidos ou cancelados, e será uma tragédia porque atingem os que mais precisam.

"Repito que é meu dever de Presidente da República pedir a atenção dos Senhores Constituintes para estas considerações.

"Eu não estou pensando no meu Governo. Ele será o menos atingido. Eu estou pensando é no país, no futuro, nas dificuldades dos governos futuros, que não terão condição nenhuma de conduzir esta grande Nação, como nós desejamos que ela seja conduzida.

"Como Presidente, eu tenho de visualizar o que é permanente, não o que é transitório. Tenho que enxergar além de meu mandato e tenho que evitar, na trajetória, que se instalem caminhos inviáveis, inconvenientes ao interesse nacional.

"Refiro-me, particularmente, à brutal explosão de gastos públicos decorrentes de benefícios desejáveis, que todos nós desejaríamos atender, mas que infelizmente não temos como atender. Como pagar contas astronômicas sem asfixiar os contribuintes, sem inviabilizar nosso crescimento, sem suprimir empregos, sem conviver com uma superinflação?

"O Governo tem três fontes de recursos: as emissões, os impostos e os títulos que lança pedindo dinheiro emprestado do público. São estas as três fontes. E nestas três fontes não fazemos milagres, porque elas são limitadas.

"Orgulho-me da liberdade em que vivemos. E sei o que custou de esforços e obstinação do governo e do povo o crescimento econômico de 21,7% real que obtivemos nos três primeiros anos de meu mandato. As conseqüências que identificamos desembocam inexoravelmente no arrocho do contribuinte, no desemprego, na escalada do déficit público, na hiperinflação, na inviabilidade dos programas sociais, no descrédito no exterior, no estrangulamento dos investimentos internos e externos, na recessão econômica e na permanente instabilidade política e institucional.

"E representa mais ainda, o que é mais grave, uma grande frustração nacional daqueles que pensaram que receberiam benefícios e que não vão receber, porque o Estado não terá condições de atendê-los. Quanto aumentaria a despesa pública se fosse promulgado, tal como está, o atual projeto de Constituição?

"Esta é uma pergunta que eu faço a todos os brasileiros e a todas as brasileiras.

"Sinceramente, tenho que responder que o valor é incalculável. Não há como estimar imediatamente o impacto da maioria das regras que criam o aumento dos gastos. Faltam informações fundamentais que dependem de reações da sociedade aos preceitos, de interpretações múltiplas, ou de dados adicionais relacionados com a futura legislação complementar.

"Mas a avaliação de apenas alguns impactos [illegible] basta para demonstrar o desequilíbrio econômico-financeiro a que chegaríamos.

"E quem pagaria esta conta?

"Quem pagaria esta conta?

"O povo. Somente o povo. Pois é a sociedade, direta ou indiretamente, a única fonte de recursos públicos. Além de novos tributos necessários para cobrir as despesas que estão sendo criadas, nós teríamos que sobrecarregar as famílias e as empresas com outras medidas fiscais.

"Por exemplo: o artigo 161 dá competência aos Estados para criar um imposto adicional de renda. Nós já temos uma carga muito grande de Imposto de Renda. Pois ainda os Estados terão competência de criar mais um acréscimo no Imposto de Renda que já é pago pelo povo. O mesmo artigo também permite a incidência do Imposto de Circulação de Mercadorias, o ICM, sobre a exportação de produtos semi-elaborados.

"O artigo 162 prescreve mais tributação sobre a venda de combustíveis a varejo.

"Essas medidas sacrificam os contribuintes e permitem o reinício de uma guerra fiscal entre os Estados.

"O ICM, na exportação, interfere nos acordos entre o Brasil e outros países, introduz novas perturbações na economia e nas relações internacionais, além de prejudicar a competitividade dos produtos brasileiros.

"Com a tributação municipal de combustíveis, cai por terra a política de uniformidade de preços em todo o país.

"O PIS/Pasep, que é, por definição, um patrimônio dos servidores públicos e privados, ele, ao ser aplicado em outros fins, toma a renda e diminui o patrimônio dos trabalhadores.

"Quatro artigos das Disposições Transitórias —22, 24, 25 e 26— conferem estabilidade e privilégios a determinados grupos, além de um forte impacto, incalculável também, sobre os cofres governamentais. Cria verdadeiras castas no serviço público, ao arrepio das melhores práticas administrativas.

"O artigo 23, também das Disposições Transitórias, permite a passagem do servidor para a inatividade de acordo com as leis há muito tempo revogadas. Vai desorganizar o serviço civil e militar, na medida que determinará, inclusive, a promoção de centenas de marechais, posto extinto nas Forças Armadas há mais de 30 anos. Além de discriminatório, ele acarretaria uma explosão de gastos.

"Se esses medidas forem aprovadas, ficarão inviabilizadas de forma definitiva as revisões que pretendemos fazer em benefício dos servidores civis e militares.

"O artigo 2º cancela, na prática, o poder regulamentar das autoridades administrativas, o que se traduzirá na imobilização do serviço público em prejuízo de todos quanto tenham assuntos a tratar no Governo, tributos a pagar, bens e direitos a discutir à luz da legislação freqüentemente genérica.

"Mas, o mesmo artigo vai mais longe. Revoga todos os decretos-leis não apreciados pelo Congresso Nacional. E temos centenas deles. E temos centenas deles. Sabemos que tivemos que usar esse instrumento no período da Constituinte, porque a Câmara e o Senado não estavam no seu funcionamento normal. Sem levar em conta que esses atos legítimos sobre a Constituição em vigor eles criaram relações jurídicas, inovaram a legislação e deram ensejo a atos perfeitos e acabados.

"A desordem jurídica que seria implantada com o caso do desaparecimento de todos esses decretos-leis será suficiente para alimentar pendências judiciais durante anos e anos. Ficariam especialmente prejudicados os trabalhadores, as empresas e o setor público.

"O artigo que anistia os micro e pequenos empresários é medida socialmente injusta, contra a qual já se manifestaram diferentes segmentos da sociedade.

"Inclusive, não devemos esquecer os micro e pequenos empresários que, com sacrifício, honraram suas obrigações —e foram muitos.

"O direito de greve, como está redigido, é contra o trabalhador. Contra o trabalhador, porque ele permite a greve política, desvirtuando a força da greve como instrumento de defesa dos direitos do trabalho. E, mais ainda, estende esses direitos aos funcionários públicos sem excepcionar os serviços essenciais. Cria uma classe de privilegiados que pode deixar o povo sem energia, sem água, sem transporte e sem saúde, sem comunicação, embora seja pago com impostos pagos pelo povo.

"Cito ainda a anistia fiscal (art. 34) das Disposições Transitórias, que perdoa débitos com as fazendas federal, estaduais e municipais. Além de injusto com os contribuintes que pagaram, produzirá um impacto estimado em até 400 bilhões de cruzados, ou seja 2 bilhões de dólares, somente ao Tesouro Nacional.

"Brasileiras e brasileiros,

"A Constituição não é um fim em si mesma. Por melhor que seja, cumpre fazer dela uma ferramenta do progresso econômico, do desenvolvimento social e uma norma de um bom convívio. Ela, sem dúvida, sinalizará para cada um de nós o tipo de país que nós seremos, como se processarão as relações de pessoa a pessoa, como evoluirá a economia; de que modo e com que filosofia e propósito haverá o Brasil de inserir-se na vida internacional.

"Sem revisão profunda, o Brasil que resultaria do projeto, como ele se encontra, seria uma subpotência incapaz de representar-se e defender-se. O país do que poderia ter sido e que não foi. Eternamente promissor mas sem presente e, portanto, sem futuro.

"Mas não é este o Brasil desejado pelos Constituintes.

"Antigo parlamentar, sempre parlamentar, sei que meus colegas de 1987 e 1988 saberão encontrar as fórmulas para neste segundo turno corrigir o que precisa ser retirado do texto constitucional.

"Como eu disse, eles são os primeiros que não estão satisfeitos com esse texto. Apresentaram 1.800 emendas, para modificá-lo.

"A Constituição tem que ser um instrumento consensual. Um ponto de união. Um instrumento de mobilização e de unidade do País. E não uma fonte de contestação e ao mesmo tempo um instrumento que possa servir para dividir e não para somar.

"E não penso apenas nos pontos de interesses da administração.

"O Brasil corre também o risco de tornar-se ingovernável nas empresas, nas relações de trabalho, nas famílias e na sociedade.

"E o caminho do Brasil é o da abertura, da liberdade de iniciativa, do estímulo ao trabalho e à produtividade. O trabalho gerado aqui. Dos bens e serviços aqui produzidos, seja por quem for, aqui mesmo eles criam empregos e salários, impostos e contribuições sociais.

"O Brasil é um país unido. Nossas leis são bastantes e o Estado plenamente capaz de utilizá-las com firmeza e oportunidade para defender nossos interesses.

"Não combato os benefícios consagrados no projeto. Ao contrário, vejo, e vejo com grande satisfação, os avanços sociais, os direitos sociais tão necessários num país que ainda tem uma economia de baixos salários e que precisa cada vez mais progredir para dar ao trabalhador condições de vida digna. O essencial é saber encontrar recursos para efetivar o bem-estar social. E esses recursos só podem vir através de investimentos, através do trabalho, porque o progresso começa dentro de cada um de nós e é fruto do trabalho.

"O Estado não cria recursos. Ele apenas os administra. Mas se sufocarmos os trabalhadores e a classe média, e se impedirmos as empresas de ter lucros, quem sobrará para pagar impostos? A classe média, vítima de impostos confiscatórios dos salários, pouco poderá comprar além dos suprimentos das necessidades básicas.

"Por isso, eu reafirmo: a Constituição não pode ser a chave de frustração para 30 milhões de brasileiros que vivem da pobreza absoluta. Muitas categorias podem julgar-se aquinhoadas na Constituição, mas no fim não terão condições de receber o que lhes prometeram.

"O Brasil precisa, mais do que nunca, de recursos para ajudar os que nada têm. Os que não têm sem emprego. Os que não têm oportunidade.

"Como nós poderemos retirar merenda, alimentação, remédios dos mais pobres?

"Tenho absoluta certeza que não é esse o objetivo dos Constituintes.

"Por isso eu me dispus a esclarecer as conseqüências de muitos artigos que agora podem ser modificados.

"Brasileiras e brasileiros,

"Ao fazer estas considerações eu devo repetir: não estou pensando no meu governo.

"Como eu já disse, eu serei o menos atingido.

"Mas estou pensando nos outros governos e no futuro do nosso País.

"Por isso, eu digo com convicção que eu confio nos Constituintes.

"O sentido deste pronunciamento é dar a eles e à Nação a visão das dificuldades de quem governa. É uma posição construtiva de um país democrático em que o Presidente divide responsabilidades, dialoga com o povo, fala aos representantes do povo, procurando, acima das barreiras partidárias, acima das divergências, e com um alto sentimento dos grandes destinos nacionais, convidar todos a fazermos um trabalho definitivo, um trabalho que possa servir ao presente e às gerações futuras.

"Esta é a minha visão. A visão de quem terá que executar e cumprir o texto constitucional.

"Corresponde à minha obrigação de dizer ao povo, portanto, que nós não devemos esperar que aconteça um sonho irrealizável.

"Não desejo, amanhã, ser acusado de ter faltado com a palavra de alerta no momento oportuno. Nem que por falta dela venha a pesar sobre o governo o ônus da insatisfação de desejos e de aspirações inatingíveis.

"A Constituição deve servir ao Brasil, a 140 milhões de brasileiros e a todas as brasileiras.

"Na diversidade de seus modos de ser, na pluralidade de seu pensamento político, que se completam na unidade das suas aspirações de bem-estar.

"A Constituição não é de um Partido. Não pode ser uma facção. Nem pode representar a vitória de um sobre outros.

"A Constituição tem que expressar um sentimento nacional para que ela seja duradoura, para que ela seja um instrumento de unidade de todos nós. A Constituição é para todos.

"Eu espero, portanto, que cheguemos a boas soluções. Vamos chegar a boas soluções. Confio no patriotismo dos Constituintes do Brasil. Para o bem do Brasil. E para o futuro de todos nós.

"Muito obrigado."

"Progressistas" definem composição da chapa para o Diretório do PMDB

CLÓVIS ROSSI
Da Reportagem Local

O grupo "progressista" do PMDB iniciou ontem a montagem da chapa para disputar a Convenção Nacional do partido, no próximo dia 21, excluindo todos os nomes do PMDB que são ligados ao Centrão, o agrupamento suprapartidário conservador do Congresso constituinte.

O primeiro passo da ala centro-esquerdista foi definir a distribuição por Estados dos 119 cargos no Diretório Nacional. Em seguida, montaram o esqueleto da chapa, na qual estão incluídos oito governadores, a saber: Miguel Arraes (PE), Waldir Pires (BA), Wellington Moreira Franco (RJ), Carlos Bezerra (MT), Pedro Ivo Campos (SC), Pedro Simon (RS), Alvaro Dias (PR) e Max Mauro (ES).

A montagem da chapa não significa necessariamente que haverá disputa na convenção entre "conservadores" e "progressistas". Ocorre que os líderes do partido no Senado, Ronan Tito (MG), e na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS), estão tentando, por instrução do presidente nacional, Ulysses Guimarães, montar uma chapa de consenso, na qual os "progressistas" terão de 70 a 80% das 119 vagas no diretório.

Se essa chapa for mesmo armada com essa distribuição, os "progressistas" se darão por satisfeitos. Mas, como o prazo para o registro de chapas vence terça-feira, dia 2, eles não querem correr o risco de não terem até lá uma chapa própria, com medo de que Ulysses, no fim das contas, acabe por construir um diretório em que "progressistas" e "conservadores" estejam igualmente representados.

O esboço da chapa "progressista" inclui, no caso de São Paulo, nomes como o do senador Severo Gomes e o do vice-governador Almino Affonso, mas exclui o presidente do Diretório Regional, o deputado federal "quercista" Airton Sandoval, e também o secretário de governo de Quércia, Roberto Rollemberg.

Tanto Rollemberg como Sandoval assinaram o documento de constituição do Centrão e, por isso, foram deixados de lado. Mas Rollemberg é aceitável para os "progressistas", se a chapa que Ronan Tito e Ibsen Pinheiro estão articulando tiver mesmo franca hegemonia da ala centro-esquerdista.

Os nomes mais vistosos do Centrão ficam de fora, obviamente, da lista dos "progressistas", como Expedito Machado (CE), Luís Roberto Ponte (RS), Roberto Cardoso Alves (SP), Milton Reis (MG), Nilson Gibson (PE).

SP deve ter a maior representação

Da Reportagem Local

A distribuição por Estados da chapa "progressista" dá a São Paulo o maior número relativo de vagas (13), seguido imediatamente por Minas Gerais (12). A distribuição é a seguinte, com o número entre parênteses indicando o número de não-parlamentares:

Acre, 3 (1); Amazonas, 2 (1); Rondônia, 2 (1); Pará, 5 (2); Maranhão, 3 (1); Piauí, 2 (1); Ceará, 7 (2); Rio Grande do Norte, 2 (1); Paraíba, 3 (1); Pernambuco, 6 (2); Alagoas, 2 (1); Sergipe, 3 (1) Bahia, 10 (3); Espírito Santo, 3 (1); Rio de Janeiro, 5 (1); Minas Gerais, 12 (4); São Paulo, 13 (4); Goiás, 5 (1); Mato Grosso, 2 (1); Mato Grosso do Sul, 3 (1); Paraná, 10 (3); Santa Catarina, 4 (1); Rio Grande do Sul, 8 (2); Amapá, 1 (1); Roraima, 1 (1); Distrito Federal, 2 (1). (CR)